

DESENVOLVE

AMAZÔNIA



Fronteiras e
Bioeconomia na
Amazônia Legal

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

A Política Externa Brasileira para a América do Sul

- Os Decretos N° 11.873 (dezembro de 2023) e 11.357 (janeiro de 2023) atualizam a estrutura do MRE.
- A integração regional volta a ser uma das **prioridades** da política externa brasileira.
- Ao Departamento de Integração Regional (DEIR) compete coordenar e acompanhar o desenvolvimento dos diferentes processos de integração em nossa região.

Integração Regional

A prosperidade de nossa região só será verdadeiramente sustentável e duradoura quando os 12 países sul-americanos voltarem a avançar juntos, de forma integrada e com sentido de solidariedade.

Integração Regional

A integração regional é um preceito constitucional.

art. 4º Parágrafo único.

A República Federativa do Brasil buscará a **integração** econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Consenso de Brasília



Em 30 de maio de 2023, o Presidente Lula convocou a Reunião de Presidentes da América do Sul, encontro que representou um marco em nossa região, depois de muitos anos sem reuniões de cúpula entre os países sul-americanos.

Consenso de Brasília



O Consenso de Brasília instituiu um Grupo de Contato, liderado pelos chanceleres, com a incumbência de elaborar um Mapa do Caminho para a Integração da América do Sul.

O documento foi aprovado na II Reunião do Grupo de Contato, em Nova York, no dia 21/09/2023, à margem da AGNU, e adotado pelos doze países em 05/10/2023, após encerramento de procedimento de silêncio.

Consenso de Brasília



O Mapa do Caminho definiu 17 áreas prioritárias para o relançamento da integração: combate ao crime organizado transnacional, comércio e investimentos, conectividade digital, cooperação transfronteiriça, defesa, desenvolvimento social, educação e cultura, energia, financiamento ao desenvolvimento, gênero, gestão de riscos de desastres naturais, infraestrutura e transporte, integração produtiva, migração, mudanças climáticas, saúde e segurança alimentar.

Consenso de Brasília



O Mapa do Caminho prevê que a implementação do Consenso de Brasília se dará primordialmente por meio de diálogos estratégicos regulares entre presidentes (ao menos uma vez ao ano); reuniões regulares de chanceleres (ao menos duas vezes ao ano); encontros frequentes de coordenadores nacionais e alternos, que monitorarão o processo de integração; presidências rotativas, com mandato de seis meses, que coordenarão o processo; e **Redes de Contato** em cada um dos 17 temas prioritários, que intensificarão o diálogo regional setorialmente.

Rede de Infraestrutura e Transporte

Em 2023, representantes dos 12 países sul-americanos, de bancos de fomento, de organizações internacionais encontraram-se, em Brasília, para uma série de debates sobre infraestrutura e transporte. Em sessão fechada, representantes dos governos acordaram retomar o diálogo regular entre os 12 países na área de infraestrutura.

Em 2024, a Rede de Infraestrutura e Transporte continua a se reunir periodicamente para discutir projetos prioritários de infraestrutura para a região; desafios do financiamento da infraestrutura; aspectos operativos e regulatórios; e como promover a inclusão social e a sustentabilidade da infraestrutura.

Rede de Infraestrutura e Transporte

A atuação brasileira na Rede de Infraestrutura e Transporte buscará sinergias com as cinco rotas de integração e desenvolvimento sul-americano, concebido pelo MPO. As cinco rotas são as seguintes: i) Ilha das Guianas; ii) Multimodal Manta-Manaus (com forte componente sustentável); iii) Quadrante Rondon; iv) Capricórnio; e v) Porto Alegre – Coquimbo.

O Projeto recupera e atualiza, do lado brasileiro, os projetos que figuravam nos Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) da IIRSA/Conselho de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (COSIPLAN), muitos dos quais continuam em andamento, em diferentes etapas de execução.

Diálogo sobre a COP 28 de Clima

Em preparação à COP 28 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC), foi realizado, em 20 de novembro de 2023, uma primeira conversa entre Chefes de Delegação dos 12 países sul-americanos que iriam àquela reunião na cidade de Dubai dentro de poucos dias.

Foram identificados vários pontos em comum entre os países da região, como a prioridade atribuída ao tema da adaptação

Identificou-se, também, a preocupação com o acesso ao financiamento, a centralidade dada ao princípio “responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais” e a importância de uma abordagem integral no tratamento da questão do clima que não descuide da vertente econômica e social do desenvolvimento.

Outras áreas

Saúde: Em 21/9/2023, em reunião celebrada à margem dos eventos de alto nível de saúde realizados no contexto da 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o encontro voltou a reunir, depois de um longo hiato, os Ministros, Ministras e autoridades de Saúde da América do Sul, que reafirmaram o interesse em aprofundar o diálogo nessa área.

Financiamento ao Desenvolvimento: 25/10/2023, a fim de iniciar reflexão conjunta sobre como melhorar o acesso da região aos financiamentos necessários à implementação das estratégias nacionais de desenvolvimento, foi realizado seminário virtual com a participação de representantes de governos, diferentes bancos e organizações regionais.

Outras áreas

Defesa: Em 22/11/2023, em Brasília, foi realizada a I Reunião Sul-Americana de Diálogo entre Ministros da Defesa e das Relações Exteriores. Na ocasião, os 12 países reafirmaram o compromisso de retomar o diálogo regular sobre temas de interesse estratégico para a região.

Desenvolvimento social: Em 05/12/2023, diante da centralidade do combate à pobreza na região, em 5 de outubro, realizou-se reunião para promover o intercâmbio sobre como estruturar o diálogo nessa área, tendo presente as discussões em outros âmbitos regional e internacional.

Outras áreas

Cooperação fronteiriça: queremos ativar essa área do Consenso de Brasília, com um enfoque em ações transversais desenvolvidas a partir das outras áreas de coordenação.

Combate ao crime organizado transnacional: faremos um reunião em nível ministerial em abril (18/4); trata-se de um tema de permanente preocupação na América do Sul, mas que ganhou ainda mais visibilidade depois dos acontecimentos no Equador.

Outras áreas

Reuniões realizadas pela presidência rotativa chilena:

- Reunião Ministerial de Educação: 25/1/2024;

- Reunião de MREs: 7/03/2024;

- Gestão de Risco de Desastres: 5/3/2024, e outra prevista para novembro;

- Reunião de seguimento da Rede de Educação: 14/3/2024.

Reuniões previstas:

- Gestão de Risco de Desastres: reunião prevista para novembro;

- Energia: reunião agendada para 10/5/2024;

- Migrações: reunião virtual agendada para 21/3/2024;

- II Reunião de Presidentes dos Países da América do Sul (data a confirmar).

CELAC-UE



A Iniciativa Conjunta UE-ALC para Pesquisa e Inovação (JIRI) foi estabelecida em 2010 para promover um diálogo biregional regular sobre Pesquisa e Inovação (P&I). O JIRI é implementado por meio de Reuniões de Altos Funcionários (SOM) com representantes da UE-ALC, com o objetivo de consolidar a cooperação UE-CELAC atualizando prioridades comuns, como mudanças climáticas e biodiversidade, **bioeconomia**, energia, saúde e TIC.

CELAC-UE



A Iniciativa Conjunta UE-ALC para Pesquisa e Inovação (JIRI) foi estabelecida em 2010 para promover um diálogo biregional regular sobre Pesquisa e Inovação (P&I). O JIRI é implementado por meio de Reuniões de Altos Funcionários (SOM), com o objetivo de consolidar a cooperação em temas de interesse comum, como mudanças climáticas e biodiversidade, **bioeconomia**, energia, saúde e TIC.

CELAC-UE



O Brasil contribuiu para a elaboração de projetos científicos na iniciativa 3ª ERANet-LAC, no âmbito CELAC-UE, sobre os seguintes temas:

- Desenvolvimento de Moléculas Verdes a partir de Biomassa Lignocelulósica para Química Renovável;
- Valorização de resíduos agrícolas via digestão anaeróbica: do biogás aos carboxilatos;
- Biorrefinaria de Resíduos do Processamento de Cítricos (CPW).

CELAC-UE



Na 2ª ERANet-LAC, contribuiu com o seguinte estudo:

Processo de Acoplamento Oxidativo Bio-Empoderado de Metano (OCM).

Instituto Interamericano para a Cooperação em Agricultura (IICA)



O IICA oferece cooperação mediante trabalho próximo e permanente com seus 34 Estados membros. O instituto tem ampla experiência em temas como tecnologia e inovação para a agricultura, sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, comércio agropecuário internacional, agricultura familiar, desenvolvimento rural, gestão dos recursos naturais e **bioeconomia**.

Cooperação na área de bioeconomia



Na América do Sul, a cooperação na área de bioeconomia deve concentrar-se:

- No fortalecimento das capacidades dos setores público e privado;
- Na promoção da articulação entre empresas, universidades e instituto de pesquisa;
- E na formação de redes de especialistas.

Potencial



-Promoção do desenvolvimento econômico e social sustentável, por meio da diversificação das atividades agroexportadoras e do uso dos vastos recursos biológicos de nossa região.

-Desenvolvimento de produtos inovadores na área de biocosmética, biofarmácia e biomedicina.

Potencial



-Aumento da produtividade e da sustentabilidade das atividades agrícolas, por meio de bioinsumos alternativos aos insumos químicos e fertilizantes.

-Redução as emissões de gases de efeito estufa a partir de fontes renováveis, como biomassa, biogás e biocombustíveis.

Desafios



-A falta de sistemas eficazes de monitoramento e avaliação pode dificultar o acompanhamento das iniciativas em andamento, levando a lacunas em sua implementação.

-A falta de divulgação e compartilhamento de informações sobre as iniciativas de cooperação na área de bioeconomia é um obstáculo ao desenvolvimento de novas parcerias.

Desafios



- A escassez de financiamento tende a limitar a implementação de projetos conjuntos e a realização de atividades colaborativas de grande escala.
- O reduzido grau de articulação entre diferentes atores, incluindo governos, setor privado, academia e sociedade civil pode funcionar, igualmente, como fator limitante do potencial da cooperação regional em matéria de bioeconomia.

DESENVOLVE
AMAZÔNIA



Fronteiras e
Bioeconomia na
Amazônia Legal

OBRIGADO!

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO